

Equipe da Agesan dá continuidade às fiscalizações no Extremo Oeste do Estado



No período compreendido entre 10 e 14 de setembro, a equipe da Agesan esteve presente em municípios do Extremo Oeste catarinense. Visitas técnicas para fiscalização do sistema de abastecimento de água foram feitas nos municípios de Riqueza, Santa Helena, Campo Erê e Palma Sola. Desses, apenas o município de Santa Helena possui concessionária municipal, sendo as demais estaduais. Como resultado das vistorias feitas, constatou-se que todas as unidades visitadas precisam de melhorias no sistema. As recomendações, seguidas das respectivas notificações, serão emitidas pela agência para que as providências cabíveis sejam tomadas pela concessionária. Além disso, foram realizadas visitas institucionais nos municípios de São Domingos, Flor do Sertão, Jupiá e Bom Jesus.



Plano de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis é apresentado

A Agesan esteve presente no dia 27 de setembro, na sede da Associação dos Empresários da Grande Florianópolis – AEMFLO (São José), para participar da apresentação e entrega do Plano de Desenvolvimento Regional – PDR, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. A intenção do PDR é fomentar o desenvolvimento sustentável da região, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população e assegurar a integração e o alinhamento com o Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD e demais iniciativas de desenvolvimento regional promovidas pelo poder público, pelo mercado e pela sociedade civil organizada como o PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.



Fiscalização eventual em Balneário Barra do Sul

A fim de verificar o andamento das reformas da Estação de Tratamento de Água (ETA) do município de Balneário Barra do Sul, a equipe da Agesan realizou uma visita de fiscalização eventual no último dia 21 de setembro. Estiveram presentes nessa visita César Luis Cunha, Superintendente da CASAN Regional Norte/Vale do Rio Itajaí, José Wilson Brasiani, Gerente Ambiental da Agência CASAN de Indaial, e Carlos Alberto Barchardt, Biólogo da Agência CASAN de Indaial. Foram construídos novos floculadores, áreas de decantação e filtros, contudo, a ETA ainda está em obras para que possa atender a alta demanda de água tratada, principalmente no período de verão, com término previsto para o fim do ano de 2012.



Agesan participa do I Seminário do Comitê Cubatão Sul



Aconteceu no último dia 28 de setembro, no Auditório dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em Santo Amaro da Imperatriz, o I Seminário do Comitê Cubatão Sul, cujo tema foi “Água: desafios e alternativas viáveis para a bacia hidrográfica do Rio Cubatão Sul”. Estiveram presentes, como palestrantes, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), UNIASSELVI, CASAN, EPAGRI e UFSC. Esse evento foi realizado pelo Comitê Cubatão Sul, em parceria com a UNIASSELVI – POLO FADESC – curso Tecnologia em Gestão Ambiental e objetivou proporcionar à comunidade uma melhor compreensão sobre o uso e gestão das águas. Para prestigiar o evento, técnicos da Diretoria de Regulação e Fiscalização da Agesan marcaram presença no encontro.

Na bacia hidrográfica do Rio Cubatão Sul, com uma área de 738 km², é que são encontrados os principais mananciais hídricos responsáveis pelo abastecimento dos habitantes da região da Grande Florianópolis. O diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos da bacia do Rio Cubatão Sul, aliado a ideias inovadoras de instituições e pesquisadores, são de significativa importância para a elaboração do Plano de Bacia, instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, o qual irá nortear o gerenciamento das ações futuras dentro da bacia hidrográfica.












Na bacia hidrográfica do Rio Cubatão Sul, com uma área de 738 km², é que são encontrados os principais mananciais hídricos responsáveis pelo abastecimento dos habitantes da região da Grande Florianópolis. O diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos da bacia do Rio Cubatão Sul, aliado a ideias inovadoras de instituições e pesquisadores, são de significativa importância para a elaboração do Plano de Bacia, instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, o qual irá nortear o gerenciamento das ações futuras dentro da bacia hidrográfica.

Agesan realiza fiscalização da qualidade da água e esgoto em Imbituba

No dia 27 de setembro, a equipe da Agesan, junto com um de seus laboratórios credenciados, esteve presente no município de Imbituba para realizar a coleta de amostras de água e esgoto no sistema de abastecimento de água e na estação de tratamento de esgoto do município (ETE). No sistema de abastecimento, foram realizadas coletas na captação de água bruta, na estação de tratamento de água e nos reservatórios. Na ETE, localizada no bairro Paes Lemes, foram coletadas amostras do efluente bruto, tratado, e no ponto de lançamento no corpo receptor. Os respectivos resultados, comparados aos máximos previstos na legislação vigente para água e esgoto, estarão presentes no relatório de fiscalização a ser expedido pela agência.



Competências da Agesan

-  Fiscalizar aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional.
-  Expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando à otimização dos custos, segurança das instalações e atendimento aos usuários.
-  Analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços.
-  Participar da elaboração e supervisionar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico.
-  Elaborar estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico.
-  Aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas.
-  Manter serviço gratuito de atendimento telefônico: Ouvidoria: **0800 6448500**.
-  Celebrar convênios e contratos com órgãos e entidades internacionais e nacionais, federais, estaduais e municipais e com pessoas jurídicas de direito privado.
-  Realizar audiências e consultas públicas.
-  Estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.
-  Celebrar convênio com municípios que tenham interesse em contar com a atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN.



ARTIGO

Os desafios da regulação no setor de saneamento

Jatyr Fritsch Borges – Geógrafo e Gerente de Fiscalização da Agesan

Em meados da década de 1990, com o início das privatizações e concessão de serviços públicos, surgem as Agências Reguladoras, com a função de regular e fiscalizar estes serviços de tal forma que pudesse se obter o melhor serviço ao menor custo possível ao usuário. Em resumo bem simples, é esta a função das Agências.

As primeiras criações se referiram a entidades federais, em virtude dos respectivos serviços (energia elétrica – ANEEL; telefonia – ANATEL; recursos hídricos – ANA; aviação civil – ANAC) serem predominantemente de responsabilidade da União.

No caso do saneamento básico a questão é diferente e bem mais complicada. Considera-se (apesar de ainda haver impasse jurídico em análise do STF) que o titular dos serviços seja os municípios e o novo marco regulatório, criado a partir da Lei nº 11.445, de 2007, aponta para possibilidade do surgimento de Agências estaduais e municipais. O financiamento destas agências é oriundo das “taxas de fiscalização” que as concessionárias devem pagar. Este poderia ser o primeiro complicador, porque o fiscalizado é quem paga a conta do agente fiscalizador. Mas, na verdade, é apenas uma confusão porque quem paga a conta é o usuário, a concessionária apenas repassa estes valores.

Mas em ambas as modalidades (estadual e municipal) encontramos mais um agravante: em que pese a lei estabelecer a necessidade da autonomia “administrativa, financeira, patrimonial”, a cultura dos governantes e, até mesmo problemas internos das Agências, não permitem que isto ocorra de fato, apenas de direito.

Dentro do próprio setor de saneamento, que agora contempla quatro serviços: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) gestão de resíduos sólidos; e d) manejo e drenagem de águas pluviais urbanas, existem estágios muito diferentes de desenvolvimento da legislação e, conseqüentemente, da regulação. O subsetor mais evoluído é o da água, seguido pelo de esgoto que, via de regra, são concedidos à mesma concessionária. Vários estados e Agências já os regulam de forma satisfatória. No caso dos resíduos sólidos, mesmo com a Lei nº 12.305, de 2010, que dá tratamento especial a este subsetor, a regulação apenas engatinha. No caso da drenagem, a situação é ainda mais dramática, porque nem o marco legal existe para dar base à regulação.

Como faço parte do quadro de funcionários da Agesan, criada há mais de dois anos e realizando trabalhos de campo há cerca de um ano e meio, pude testemunhar que os municípios ainda terão que avançar muito nas suas estruturas específicas para tratar do saneamento básico, ainda que pese o Estado de Santa Catarina deter o maior percentual nacional de planos de saneamento municipais finalizados.

Cabe à sociedade brasileira, como um todo, despertar para a importância do setor, pois, os recursos à disposição dos municípios para aplicar em saneamento básico aumentaram de forma significativa.

Mais uma dificuldade que é observada é a falta de pessoal qualificado, pois as instituições de ensino não dispõem de grades específicas que possam formar técnicos em regulação, e também a falta de planos de carreiras nas agências que possam valorizar os que já estão exercendo a função de regulador e os futuros reguladores.

Some-se a isto a confusão que os usuários ainda fazem quanto à fiscalização de meio ambiente, sanitária e de regulação que, apesar de limites tênues, apresentam diferenças importantes. A fiscalização reguladora abrange as condições operacionais e comerciais das concessionárias e a fiscalização dos contratos de programa assinados por ocasião das concessões.

Os desafios são realmente enormes e a sociedade precisa se mobilizar para contribuir neste processo e cobrar eficiência das Reguladoras que, por sua parte, devem cobrar das concessionárias. Já estivemos mais distantes, portanto, vamos ter esperança de que dias melhores virão.

Desde sua criação, a Agesan conta com o serviço de atendimento aos usuários e à sociedade em geral, a Ouvidoria. O objetivo deste serviço é atender às reclamações e solicitações dos usuários, identificar e procurar solucionar os problemas, fazendo a mediação entre usuário e prestadoras de serviços.

Contatos: 0800 6448 500/(48) 3665-4350 ou pelo e-mail ouvidoria@agesan.sc.gov.br

Ouvidoria

Agesan | Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

Rua Anita Garibaldi, 79 | Centro Executivo Miguel Daux – 11º andar | CEP 88010-500

Centro | Florianópolis | SC | Fone: (48) 3665-4350

agesan@agesan.sc.gov.br | www.agesan.sc.gov.br | [@agesan_2012](https://twitter.com/agesan_2012)